



Marcus Vaillant

Governador garantiu parcerias para obras prioritárias no Estado

## Mato Grosso lança PPP para saúde e segurança pública

MARCOS LEMOS  
DA REDAÇÃO

O governador Silval Barbosa (PMDB) autorizou a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa) a iniciar o processo de licitação para contratação de Parceria Público Privada (PPP) de 3 grandes obras. A construção e gestão do Complexo Penitenciário de Mato Grosso; construção, implantação e gestão do Hospital Infantil do Estado e a construção, implantação e gestão do Hospital Regional de Porto Alegre do Norte. “São compromissos assumidos por nós e que terão especial atenção a partir de agora para serem viabilizadas até 2014”, disse o governador do Estado, assegurando recursos e a determinação do governo em resgatar as ações públicas nas áreas de segurança e saúde.

Decreto de n.º 1.311, publicado no Diário Oficial do último dia 16 de agosto, aponta que o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas já recebeu propostas de modelagens dos projetos de PPPs referentes à construção do Complexo Penitenciário no Estado de Mato Grosso com interessados em participar tanto da execução

das obras quanto da gestão das mesmas após inauguradas e que devem ampliar a capacidade de vagas para cumprimento de penas restritivas de liberdade, além do Hospital da Infância de Mato Grosso, que deverá disponibilizar vagas exclusivamente para atendimento materno-infantil.

Já com relação à construção, implantação e gestão do Hospital Regional de Porto Alegre do Norte, o governo do Estado está abrindo a consulta pública com o objetivo de recebimento de modelagem e de parceiros que dependem de regras diferenciadas por causa da região e da sede do município, que é distante 1.159 quilômetros de Cuiabá e está na região Nordeste de Mato Grosso, próximo da divisa com os estados de Goiás e de Tocantins.

A ideia do governador Silval Barbosa é abrir várias frentes de PPPs para que a iniciativa privada assumira, acompanhando pelo governo do Estado os serviços públicos prestados de forma deficitária pelo Poder Público e diante da falta de recursos totais para atender a demanda existente. “Na medida possível nós vamos buscar soluções para os problemas”.

**ESTRUTURA DIFERENTE** ▶ Alteração na Secretaria é feita por meio de decreto assinado pelo governador e publicado em Diário Oficial

# Secopa é reestruturada e 8 cargos são criados

SISSY CAMBUIM  
DA REDAÇÃO

Por meio de decreto, o governador Silval Barbosa (PMDB) autorizou a reestruturação da Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa), que passa a contar com 70 cargos.

Funcionando como autarquia, a extinta Agecopa foi transformada em secretaria em setembro do ano passado. Na época, um dos principais argumentos dos deputados que aprovaram o projeto foi a diminuição de cargos. Estimava-se que de cerca de 180, passaria para 50.

No entanto, segundo a própria Secopa, a pasta vinha operando com 62 servidores. Com a reformulação, foram criados, então, 8 novos cargos.

Contudo, o novo modelo diminuiu em relação à estrutura original. O decreto extingue a Secretaria Adjunta de Desapropriações, que foi incorporada à Secopa para abrigar a antiga Secretaria Extraordinária de Governo, comandada por Djalma Sabo Mendes, para cuidar dos assuntos referentes às desapropriações de imóveis necessárias para as obras de mobilidade urbana.

Como secretário-adjunto, teve seu salário reduzido, mas continuou na pasta até o início de julho deste ano, quando decidiu voltar para a Defensoria Pública. Após sua saída, a pasta ficou sem titular e, por fim, foi extinta na última sexta-feira (17). Desta forma, a Secretaria Adjunta de Infraestrutura, comandada por Marcelo Oliveira, passa a ser responsável por acompanhar os processos de desapropriações e a Secopa fica com apenas 3 adjuntas.

Segundo o secretário-extraordinário da Copa, Maurício Guimarães, informou por meio de sua assessoria, apesar do aumento de cargos, não haverá qualquer impacto no orçamento da pasta. Ele explica, por exemplo, que, diante da extinção de um cargo DGA2, ocupado por Mendes, foram criados 2 DGA 5, cuja remuneração é exatamente a metade.

Conforme o próprio decreto estipula, os cargos em comissão, bem como suas funções, são criados por lei, sendo facultado ao governador, mediante decreto, o remanejamento, transformação ou alteração da nomenclatura, vedado aumento das despesas.

Quando foi criada, a Secopa passou por exaustivo processo de aprovação na Assembleia, que, a princípio, dividiu a opinião dos deputados. A transformação em secretaria teve como principal objetivo garantir mais autonomia a Silval já que, na Agecopa, os diretores precisavam passar por sabatina dos deputados.

Principal defensor da extinção da Agecopa,

o deputado estadual Emanuel Pinheiro (PR), reconhece que na época da criação da Secopa o intuito de enxugar a folha de pagamento acabou subestimando o quadro da pasta.

“A secretaria tem dia e hora para acabar e temos uma série de ações em andamento que precisam ser cumpridas. Não é possível trabalhar com um quadro reduzido. Essa adequação já vinha sendo estudada pelo governador”, disse.

Para Pinheiro, a medida só seria preocupante se a Secopa voltasse a pensar numa folha com quase 180 servidores, como era antes. “Os 50 funcionários que tínhamos pensado, realmente é muito pouco”, avaliou.



Edson Rodrigues/Secopa

Secretário Maurício Guimarães diz que apesar dos novos cargos, não haverá aumento de despesas

**SAÚDE E TRANSPORTE** ▶

## Repasse aos prefeitos continuam atrasados

SISSY CAMBUIM  
DA REDAÇÃO

Após as reclamações da Associação Mato-grossense de Municípios sobre atraso no repasse constitucional da Saúde, o problema volta a afligir os prefeitos. De acordo com o presidente da AMM, Meraldo Figueiredo Sá, já são quase 4 meses sem o recebimento. Ele explica que a situação fica ainda mais grave porque no

período eleitoral os prefeitos que são candidatos à reeleição ficam proibidos de realizar novos convênios com o Estado. Além disso, o Fundo de Participação dos Municípios vem sofrendo decréscimo desde junho, que nos últimos meses chegou a 40%.

Também segundo Meraldo, outro agravante foi o atraso de 2 meses no repasse referente ao transporte escolar, efetuado pela Secretaria de Estado de Educação.

No entanto, a pasta afirma que o depósito já foi efetuado e deve estar nas contas dos municípios nos próximos dias. O prazo estipulado pelo banco para o crédito do valor é de 48 horas.

O atraso neste repasse teria sido motivado por um desequilíbrio na folha de pagamento, em função da convocação de servidores aprovados no concurso público do Estado seguido pelo pagamento da primeira parcela do décimo terceiro

salário aos funcionários públicos.

Na Saúde, cujos recursos são utilizados para manutenção de serviços como a farmácia básica, por exemplo, não há previsão para regularização do repasse. Técnicos das secretarias de Estado de Planejamento e de Fazenda estão estudando um novo organograma de pagamento. No final deste mês, deveriam ser repassados os recursos de julho, mas a AMM ainda espera receber o montante de abril.

**PGE NA ADVOCACIA**

## Presidente da Anape vem defender emenda

MARCOS LEMOS  
DA REDAÇÃO

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Marcello Terto desembarca hoje em Cuiabá para discutir a legalidade da Emenda Constitucional nº 62/2012, publicada em Diário Oficial do Estado na edição do dia 16 que circulou na última sexta-feira, 17 e que derrubou a proibição constitucional que existia para o procurador do Estado advogar fora de suas funções institucionais conforme estava estabelecido no parágrafo único do artigo 112.

Terto vem para um debate mais aberto com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso (OAB/MT) que estaria pressionada pela categoria que vê na advocacia dos procuradores uma ameaça ao mercado já bastante disputado pelo enorme número de advogados formados indistintamente pelos vários cursos de Direito existentes, sendo que parte não exerce a profissão por serem barrados pela prova da OAB que tem um alto índice de reprovação.

Na defesa da advocacia dos procuradores, o Procurador Geral do Estado, Jenz Prochnow aponta

que essa prerrogativa já acontece em vários Estados e ela apenas permite que o procurador exerça a profissão em causa própria. “Um procurador do Estado diante do volume de trabalho do Poder Público não tem tempo para o exercício da advocacia, lembrando que o fato de poder advogar tem limitações, ou seja, ela não pode acontecer contra quem paga o seu salário, no caso o Poder Público de uma maneira em geral.

O deputado Walter Rabello (PSD) contrário a prerrogativa de advocacia para os procuradores de Estado, assinalou que além dele, os deputados Ademir Brunetto

(PT) e Sebastião Rezende (PR) votaram contrários a constitucionalidade da referida proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e mesmo admitindo não estar presente na parte da sessão que foi votada a matéria, disse que cobrará da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa explicações, pois no seu entender, como relator a matéria não poderia ser votada sem sua presença, além do fato da matéria não constar da pauta da ordem do dia da sessão de quarta-feira passada pela manhã.

Depois de publicada somente uma nova proposta para se reverter o que está em vigência.



Marcus Vaillant

Rabello se diz contrário à PEC e cobrará explicações